

ATA 2024ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

1 Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e dezoito, às nove horas e quinze
2 minutos, realizou-se a segunda milésima vigésima quarta reunião Plenária Ordinária do
3 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e
4 nove. Estiveram presentes 23 (vinte e três) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e
5 suplentes, a seguir indicadas/os: Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel Paulon, Evelyn
6 Sayeg, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Luciana Stoppa dos Santos, Maria Rozinetti
7 Gonçalves, Monalisa Muniz do Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da
8 Silva, Rodrigo Toledo, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Vinicius Cesca de Lima, Beatriz
9 Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Ed Otsuka,
10 Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes
11 Ornelas Pedott, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mauricio Marinho
12 Iwai e Rodrigo Fernando Presotto, conforme lista de presença anexa, onde constam os
13 registros de horários de ingresso e saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme
14 decisão da 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio de 2017. Também esteve presente o
15 gestor da Subsede Bauru, Caio Cesar Portella Santos e o gestor da Subsede São José do
16 Rio Preto, Kleber Chaves Pereira. **ORGANIZAÇÃO DA PLENÁRIA** - Luciana Stoppa dos
17 Santos informa que esta sessão plenária foi convocada com horário reduzido
18 considerando, inclusive, que necessitarão realizar Plenárias Éticas no período da tarde.
19 Portanto, podem já exercitar a objetividade nos debates nesta plenária. Está pautada nesta
20 plenária alteração no calendário, para que a partir de abril realizem plenárias éticas no
21 período da tarde, em sábados que ocorrerem Plenárias Ordinárias. Assim, indica que farão
22 os informes que já constam na pauta e abrirão para novos informes, solicitando àquelas/es
23 que forem apresentar esses informes que o façam em até 5 (cinco) minutos. Após a
24 exposição, abrirão apenas para dúvidas, sem debates. Em seguida, passam à priorização
25 da pauta, indicando os pontos que discutirão. Cada responsável pelo ponto faz uma fala
26 expositora de 10 (dez) minutos e abrem para 5 (cinco) inscrições de 3 (três) minutos cada.
27 Casa ainda não haja lucidez suficiente para encaminhar o ponto, abrem para nova rodada
28 de inscrições. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) Justificativas de Ausência** – Foram
29 registradas as justificativas de ausência das/os conselheiras/os Andrea Mataresi, Maria
30 das Graças Mazarin de Araújo, Magna Barbosa Damasceno e Mary Ueta. **1.2) GT**
31 **Transparência** – Beatriz Marques de Mattos conta que o GT realizou duas reuniões. Para
32 ficar de acordo com o Acórdão 96/2016, há muita coisa que precisam atualizar e incluir no
33 Portal da Transparência e a prioridade será disponibilizar a folha de pagamento dos

34 funcionários e as ajudas de custo das/os conselheiras/os. A previsão é que os dados
35 estejam disponíveis até o dia 30 de abril. Estão pensando na possibilidade de contratação
36 de um estagiário que apoie Adolfo Benevenuto. Também relata que estão articulando sua
37 ida à Brasília para dialogar com o CFP a respeito de questões relacionadas ao Portal.
38 Agradece ao funcionário Adolfo pelo seu empenho nos últimos meses para colocar o Portal
39 em ordem. Considerações do plenário: 1) Vinicius Cesca solicita a palavra e diante da
40 resposta de que não haverá inscrição em informe, questiona se oficializaram a
41 impossibilidade de fala, considera um ato arbitrário da Diretoria, uma vez que o Regimento
42 Interno já determina o modo de funcionamento das plenárias. 2) Bruna Lavinias Falleiros
43 pontua que a Diretoria coloca pontos de pauta como Informe para que se evite o debate. 3)
44 Vinicius Cesca comenta que na plenária anterior já haviam deliberado que esse assunto,
45 pautado agora como informe, seria ponto de pauta. Defendeu a posição de que
46 precisariam fazer discussão para saneamento das atribuições do GT Transparência e da
47 Autoridade de Monitoramento e a apresentação de um plano de trabalho dessa autoridade,
48 e o plenário deliberou que essas questões seriam tratadas na plenária posterior. **1.3)**
49 **Formulário de Relatório de Atividades no site** – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira
50 informa que fizeram uma mudança temporária, de retorno do preenchimento do Relatório
51 de Atividades em papel. O Sistema online está em fase de testes e, em breve, as/os
52 conselheiras/os serão convidadas/os a testar. O Sistema *online* utilizado até então era
53 bastante amador e a base de dados não era do CRP SP. No Sistema, há possibilidade de
54 núcleos e comissões adicionarem pessoas, e, assim, não fica na dependência de
55 encaminhar os nomes para o Departamento Financeiro. Também será possível já incluir o
56 Relatório de Representação nesse sistema. Relata que o Conselho Federal de Psicologia
57 ofereceu uma ferramenta para que o CPR SP pudesse utilizar, que já é otimizada com o
58 Sistema SEI – Sistema Eletrônico de Informação. Considerações do plenário: 1) Vinicius
59 Cesca de Lima questiona qual o cronograma previsto. 2) Guilherme Raggi informa que na
60 próxima semana já deve iniciar o teste com as/os conselheiras/os. Falta ainda atrelar os
61 centros de custo às unidades gestoras. Mas ainda não há um cronograma oficial, porque
62 vão inicialmente coletar as informações das/os conselheiras/os sobre isso. O Sistema do
63 Conselho Federal é o Siga, do Ministério do Planejamento, que é utilizado na
64 administração federal, mas esse sistema, da forma como está, não atende às
65 necessidades do CRP SP. Uma previsão otimista seria de que a alteração levaria cerca de
66 6 (seis) meses e, somente então, poderia ser utilizada neste Regional. 3) Vinicius Cesca
67 questiona se adotariam uma ferramenta que novamente seria de caráter transitório. 4)
68 Guilherme Raggi elucida que o sistema, ainda que transitório, ajudaria a encaminhar as

69 informações para o Portal da Transparência e de processamento cotidiano dos relatórios.
70 **1.4) Jornal Psi** – Ivani Francisco de Oliveira registra que a jornalista Gabriela Moncau está
71 presente na plenária para receber sugestões de pauta para a próxima edição do Jornal Psi.
72 Acabaram de finalizar uma edição que deve ser recebida pelas/os psicólogas/os nos
73 próximos dias. Considerações do plenário: 1) Bruna Jardim Falleiros comenta que os
74 núcleos não foram consultados para a última edição do Jornal, o que incomodou o Núcleo
75 Sexualidade e Gênero. Solicita que seja respeitada a organização interna do CRP SP para
76 produção das pautas do Jornal. 2) Ivani Francisco Oliveira comenta que a metodologia
77 referida por Bruna Falleiros será utilizada a partir dessa edição do Jornal. O prazo para
78 execução do primeiro foi muito apertado, por isso a pauta foi indicada pela Diretoria junto à
79 Comunicação. **1.5) Processo de Transferência Interna e PCCS** – Suely Castaldi Ortiz da
80 Silva recorda que o processo de transferência interna foi iniciado na gestão da Diretoria
81 anterior. Rodrigo Toledo, então conselheiro secretário em licença, submete à Diretoria o
82 planejamento do procedimento, que seria adotado como processo de transferência interna,
83 já com um indicativo de onde se encontrariam as vagas. Retomaram a mesa de
84 negociação com o Sindicato, adequando a proposta original que havia sido aprovada,
85 trazendo os formulários que seriam utilizados. Também realizaram conversa com os
86 supervisores e chegaram a um modelo de formulários com o qual todos concordaram. O
87 problema no processo foi quando o Departamento de Recursos Humanos fez o
88 levantamento das vagas, porque foi utilizado o PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e
89 Salários anterior. Houve discordância e não conseguiram chegar a um consenso.
90 Considerando o cronograma que precisam cumprir para implantação do novo PCCS e
91 esse novo plano já possui uma normativa que estabelece a possibilidade de fazerem a
92 transferência, interromperam o processo para lançá-lo novamente depois da
93 implementação. Sobre o PCCS, informa que os funcionários, ao entrarem em contato com
94 o documento, identificaram situações que precisariam ser melhor avaliadas e, assim,
95 solicitaram mais 10 (dez) dias de prazo, para assinarem a adesão. O prazo finda na
96 próxima segunda-feira, 26 de março de 2018. Considerações do plenário: 1) Vinicius
97 Cesca pontua que solicitaram que esse ponto fosse incluído como pauta e que a Diretoria
98 o pautou apenas como informe. Ainda, que embora seja suscitada uma continuidade, na
99 verdade, houve o abandono da intenção original que havia sido apresentada para esse
100 plenário, de um processo amplo de transferências e permutas. 2) Suely Ortiz comenta que
101 o processo foi colocado da forma como estava, com a indicação de vagas pontuada pelo
102 Departamento de Recursos Humanos. Cita que os supervisores deverão preencher um
103 formulário justificando o motivo do deferimento ou do indeferimento da solicitação de

104 transferência. Cita que há uma polêmica em relação a uma vaga no Departamento de
105 Comunicação, onde não existe mais a necessidade de trabalho administrativo. 3) Vinicius
106 Cesca de Lima coloca que o processo não pôde ser efetivado devido a um conjunto de
107 falhas de condução, inclusive de não compartilhamento com o plenário do edital e
108 precisavam discutir o quadro de vagas, porque o apresentado estava equivocado. 4)
109 Rodrigo Toledo comenta que tinha funções enquanto conselheiro secretário, mas no
110 momento que se afastou da Diretoria, discutiu tudo com os diretores que permaneceram.
111 Deixou a Diretoria exatamente no momento de diálogo com o Sinsexpro, que foi de onde a
112 conselheira Suely Ortiz retomou. 5) Bruna Lavinias Jardim Falleiros pondera que a
113 alteração de horário da plenária foi definida de forma unilateral pela Diretoria, porque o
114 plenário aprovou o calendário com esta plenária ocorrendo até às 17 horas. **1.6) Portaria**
115 **de nomeação de Neli Márcia Ferreira** – Vinicius Cesca de Lima comenta que no dia 13
116 de março saiu no Diário Oficial uma Portaria de Nomeação de Neli Márcia Ferreira
117 (Márcia Barral), mas embora haja na identificação que é uma Portaria de 07 de março de
118 2019, ela é assinada com data de 15 de fevereiro. Portanto, não é possível saber a data
119 em que ela se tornou assessora do CPR SP. Além disso, a Portaria nomeia para trabalhos
120 do Departamento de Comunicação, explicitamente. Mas, quando comunicaram a
121 contratação ao plenário, a informação sobre o trabalho que era realizaria era outra.
122 Entende que há uma informação equivocada que foi tornada pública. Considerações dos
123 presentes: 1) Neli Márcia Ferreira informa que iniciou seu trabalho no CPR SP no dia 15
124 de fevereiro e que sua função é de assessorar à Diretoria. Não é da área de Comunicação.
125 2) A mesa diretora informa que verificará a questão com o gerente geral, Diógenes Pepe,
126 e, se o caso, solicitarão a devida correção. **II) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS**
127 **FÍSICA E JURÍDICA** – Suely Castaldi Ortiz da Silva submete ao plenário a apreciação dos
128 processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP SP. **Encaminhamento:**
129 Foram subscritos os seguintes processos: Pessoa Física – 1530 (mil, quinhentos e trinta)
130 novas inscrições, 148 (cento e quarenta e oito) reativações, 17 (dezessete) inscrições
131 secundárias, 48 (quarenta e oito) inscrições por transferência, 02 (duas) suspensões da
132 solicitação por transferência, 784 (setecentos e oitenta e quatro) cancelamentos a pedido,
133 28 (vinte e oito) cancelamentos por transferência, 03 (três) cancelamentos de inscrição
134 secundária. Pessoa Jurídica – 50 (cinquenta) registros, 06 (seis) cadastros, 02 (duas)
135 alterações contratuais e 15 (quinze) cancelamentos a pedido. Total geral dos processos
136 analisados: 2633 (dois mil, seiscentos e trinta e três), conforme folha anexa que é parte
137 integrante desta ata. **III) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** – Na modalidade
138 Residência Multiprofissional deferiu-se 03 (três) na área de Saúde. Na modalidade Curso

139 Credenciado deferiu-se 02 (dois) na área de Psicologia do Trânsito, 01 (um) na área de
140 Trânsito, 09 (nove) na área de Psicologia Clínica, 03 (três) na área de Psicologia
141 Hospitalar, 01 (um) na área de Psicologia Clínica, 01 (um) na área de Psicologia
142 Hospitalar, e, 05 (cinco) na área de Neuropsicologia. Na modalidade Curso IES deferiu-se
143 26 (vinte e seis) na área de Psicologia do Trânsito, 06 (seis) na área de Psicologia Clínica,
144 04 (quatro) na área Psicologia Hospitalar, 06 (seis) na área de Neuropsicologia e 04
145 (quatro) na área de Saúde. Assim, o total geral é de 60 (sessenta) títulos de especialistas
146 ratificados, sendo os 58 (cinquenta e oito) deferidos e 02 (dois) indeferidos, conforme folha
147 anexa que é parte integrante desta ata. **IV) CREDENCIAMENTO DE SITES** - Foram
148 analisados 08 (oito) processos. **Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer favorável
149 a 07 (sete) pedidos com protocolos: 106648175 (06/103061), 506246790 (06/126375),
150 206746910 (06/93905), 806146874 (06/93864), 406643456 (06/119995), 706343118
151 (06/40637), 306446422 (06/15110). Parecer não se aplica para 01 (um) pedido com
152 protocolo 106146886 (06/89202), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata.
153 **PRIORIZAÇÃO DA PAUTA** – A mesa diretora propõe a seguinte priorização: Comissão de
154 Orientação e Fiscalização; Comissão de Sindicância; Alteração de Calendário (2018);
155 Comissão de Ética – COE; Escuta Especializada e Depoimento Especial; Próximas Pautas
156 Históricas; e, Recomposição das Comissões Gestoras, Permanentes, Núcleos Temáticos,
157 GTs e Representações em Órgãos de Controle Social. Considerações do Plenário: 1)
158 Evelyn Sayeg questiona o que farão com os pontos que estão há mais de um ano
159 pautados e não são discutidos. O ponto “Aplicativo CRP SP” pode ser excluído, uma vez
160 que está sob sua responsabilidade e ela não está mais na Comissão de Comunicação.
161 Considera que muitos desses pontos poderiam auxiliar nos trabalhos da plenária: Análise
162 de Conjuntura; Avaliação do Processo de Trabalho dos Conselheiros; a Política de
163 Comunicação na Política de Participação, Transparência e Rigor na Gestão do CRP SP. 2)
164 Vinicius Cesca observa que a Diretoria sempre prioriza os pontos de pauta novos, em
165 detrimento das demais que aguardam discussão. Destaca que considera uma tentativa de
166 cercear o debate algumas pautas constarem apenas como informes. Assim, entende que
167 podem, por exemplo, agendar uma plenária extraordinária para sanar esses pontos. 3)
168 Bruna Falleiros sugere que se priorize o ponto “Transmissão das Plenárias Ordinárias” e
169 concorda com a indicação de Evelyn Sayeg. 4) Rodrigo Fernando Presotto entende que
170 devem retomar a contextualização nas plenárias, pela Análise de Conjuntura”, porque há
171 grandes questões ocorrendo no cenário geopolítico. Assim, defende que esse ponto seja
172 retomado prioritariamente na próxima plenária. A respeito da pauta “Avaliação do Processo
173 de Trabalho dos Conselheiros”, entende que a pauta tem outra dimensão neste momento,

174 em relação a como era quando propôs, assim, defende que não seja uma prioridade nesta
175 plenária. 5) Ed Otsuka informa que não propôs o ponto “Próximas Pautas Históricas - Dia
176 18 de Maio (Luta Antimanicomial e Combate à Exploração Sexual Infantil)”, o qual está
177 indicado como responsável. Assim, solicita a exclusão deste ponto de pauta. 6) Maria
178 Rozineti Gonçalves solicita, então, que o ponto citado por Ed Otsuka passe a ser
179 responsabilidade do conselheiro Rodrigo Presotto. 7) Vinicius Cesca compatibiliza as
180 propostas de priorização de Bruna Lavinias Falleiros, Evelyn Sayeg e a solicitação de Ed
181 Otsuka da seguinte: Avaliação do Processo de Trabalho dos Conselheiros e Transmissão
182 das Plenárias Ordinárias como prioritárias e excluir o ponto Próximas Pautas Históricas -
183 Dia 18 de Maio (Luta Antimanicomial e Combate à Exploração Sexual Infantil). Inicia-se,
184 então, a votação para definição priorização da pauta. **Encaminhamento:** Por (15) votos,
185 de Maria Rozineti Gonçalves, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Regiane Aparecida
186 Piva, Edgar Rodrigues, Reginaldo Branco da Silva, Ivana do Carmo Souza, Larissa
187 Ornelas Pedott, Maria Mercedes Guarnieri, Beatriz Mattos, Rodrigo Toledo, Ivani Francisco
188 de Oliveira, Beatriz Borges Brambilla, Monalisa Muniz Nascimento, Rodrigo Presotto e
189 Suely Castaldi Ortiz da Silva, o plenário aprova a proposta de priorização de pauta
190 apresentada pela mesa diretora: Comissão de Orientação e Fiscalização; Comissão de
191 Sindicância; Alteração de Calendário (2018); Comissão de Ética – COE; Escuta
192 Especializada e Depoimento Especial; Próximas Pautas Históricas; e, Recomposição das
193 Comissões Gestoras, Permanentes, Núcleos Temáticos, GTs e Representações em
194 Órgãos de Controle Social. Houve ainda 07 (sete) votos contrários, de Aristeu Bertelli,
195 Maurício Iwai, Vinicius Cesca de Lima, Clarice Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg, Bruna
196 Falleiros e Ed Otsuka. **IV) COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO** – Karen
197 Meira Dotto, coordenadora técnica da COF, apresenta a tabela com dados relativos à
198 Comissão do ano de 2017. O total de ações realizadas, considerando todas as subsedes
199 foi 13.795 (treze mil, setecentas e noventa e cinco). Ressalta que, conforme Regimento
200 Interno, orientar e fiscalizar são atividades fins do Conselho. Segundo o Regimento,
201 compete ao plenário, privativamente, o exercício das atribuições de orientar, disciplinar e
202 fiscalizar o exercício da profissão em sua jurisdição. Portanto, os problemas que serão
203 apresentados são responsabilidade de todas/os e não somente das/os funcionárias/os.
204 Relata, ainda, que as/os assistentes técnicas/os são psicólogas/os contratadas/os por
205 concurso público, cuja função é assessorar tecnicamente comissões permanentes e/ou
206 temáticas do CRP. A orientação e fiscalização compõem a maior parte do trabalho
207 realizado, tanto na Sede como nas Subsedes. As orientações são feitas pessoalmente, por
208 e-mail, ofício e por telefone. Sobre as fiscalizações, separam em dois grupos, que são as

209 de rotina e as de ações políticas, sendo as de rotina aquelas já definidas, como para
210 inscrição de pessoa jurídica e as políticas aqueles que o plenário define que devem ser
211 realizadas. As políticas costumam chegar como emergência e, como já há um calendário
212 estabelecido, as de rotina vão sendo adiadas. Há também as fiscalizações de averiguação,
213 quando há denúncia, que também são priorizadas. E também há as fiscalizações por
214 diligências, geralmente motivadas pela Comissão de Ética. Relata também que essas
215 fiscalizações, muitas vezes, geram uma série de encaminhamentos, que demandam mais
216 que a fiscalização em si. Apresenta, então, alguns “gargalos”, com sugestões da equipe
217 técnica: **1)** Solicitações do Ministério Público, solicitações de fiscalizações por órgãos
218 parceiros. Sugestões: avaliação de demandas externas para fiscalização sempre
219 considerando os pontos para deliberação; e, manter as fiscalizações em locais onde há
220 psicólogos atuando. **2)** fiscalizar 100% das Pessoas Jurídicas. Segundo a Resolução, as
221 fiscalizações devem ser feitas no prazo de 90 (noventa) dias, mas há mais inscrições de
222 PJs do que dias úteis no ano, portanto, estão sempre em atraso com essas fiscalizações.
223 Sugestões: alteração da Resolução para que não haja mais a obrigatoriedade de
224 fiscalização de todas as PJs inscritas; e, alteração de procedimentos de inscrição de PJs
225 de Comunidades Terapêuticas, conforme minuta de Resolução apresentada na Plenária de
226 abril de 2017. **3)** O crescimento da equipe técnica não é proporcional ao de demandas e ao
227 de inscrições de pessoa física (PF) e jurídica (PJ), que estão em aumento crescente.
228 Sugestões: Manter as assistentes técnicas temporárias interessadas em permanecer; e,
229 contratação de mais uma assistente técnica para as subsedes Sorocaba, Ribeirão Preto e
230 Campinas, além de mais uma para a sede. **4)** Falta significativa de disponibilidade, com
231 consequente demora, de membros da gestão para atender a demandas de orientação e
232 fiscalização, incluindo os encaminhamentos que também dependem de despachos e
233 consultas com conselheiras/os e gestoras/res. Sugestão: maior participação de
234 Conselheiras/os, Gestoras/es e Colaboradoras/es nas ações de orientação e fiscalização.
235 **5)** Falta de apropriação da gestão sobre procedimentos, históricos e legislação envolvendo
236 a demanda e o próprio funcionamento do Conselho. Sugestão: Treinamento para
237 Conselheiras/os, Gestoras/es e Colaboradoras/es logo no início da gestão (ex. primeiro
238 mês). **6)** Indisponibilidade do sistema *Siscafw* em sua forma completa o que faz com que
239 não haja integração dos sistemas sede-subsedes. Assim, o sistema não facilita a
240 recuperação de informações e levantamentos, o que faz com que alguns controles sejam
241 produzidos à parte do sistema, o que gera mais trabalho. Sugestão: Necessidade urgente
242 de implementação de sistema de registros informatizado completo e unificado em todo o
243 Conselho. **7)** Impacto negativo na saúde frente ao desgaste gerado pelo trabalho rotineiro:

244 a equipe técnica atende ao telefone durante todo o dia e enfrenta agressões verbais de
245 psicólogos/os e outras/os e situações de periculosidade. Sugestões: implementação de
246 procedimentos de identificação de usuárias/os dos serviços do CRP SP; e, fiscalizações
247 em instituições totais e/ou isoladas só serem realizadas com parceiros internos e externos.

248 **8) Pendências da Subsede de Sorocaba. Sugestões:** Alteração de procedimentos de
249 inscrição de PJs de CTs; e, contratação de mais uma AT. Considerações do plenário: 1)
250 Regiane Aparecida Piva corrobora com o exposto pela assistente técnica, Karen Dotto.
251 Solicita que o debate seja mantido sigiloso. 2) Bruna Lavinias Falleiros questiona sobre o
252 aplicativo para as fiscalizações, se está sendo utilizado. Ainda, comenta que desde que foi
253 afastada da coordenação da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, não foi mais
254 chamada para fiscalizações e orientações, ainda que permaneça como conselheira.
255 Também recorda que havia uma sugestão da subsede de que as entregas dos certificados
256 para as PJs fossem feitas como são as entregas de CIP, porque então poderia ter um
257 momento de orientação presencial com o responsável técnico. Comenta que há uma
258 questão relacionada aos processos de trabalho da COF, que é um ambiente adoecido e é
259 preciso cuidar disso. 2) Ed Otsuka informa que, com relação às CTs, há consenso no
260 Núcleo Saúde a necessidade de construir uma Resolução que impeça a inscrição de PJ
261 para Comunidades Terapêuticas e o Núcleo já está preparando a minuta. 3) Vinicius Cesca
262 solicita que os dados brutos da COF sejam disponibilizados de forma pública, de forma
263 permanente. Uma vez que orientar e fiscalizar são duas das justificativas para existência
264 do Conselho, é importante que a sociedade possa avaliar. Relata que não concorda com a
265 divisão entre ordinário e político, pois, embora elas tenham um caráter técnico, também é
266 necessariamente político. Portanto, fiscalizações não poderiam contar somente com
267 assistentes técnicas, mas são possíveis sem elas. Rever o modo de funcionamento da
268 Comissão de Orientação e Fiscalização é uma obrigação para o CPR SP, uma vez que há
269 deliberação explícita do Congresso da Psicologia em relação a isso. Entende que as
270 propostas apresentadas apenas podariam os problemas, mas não os resolveriam. 4)
271 Luciana Stoppa dos Santos sugere que nos casos de indeferimento de Pessoa Jurídica, a
272 recomendação de indeferimento seja referendada por algum conselheiro, não fique
273 somente indicado por assistente técnica. 5) Karen Meira Dotto informa que pensaram
274 mesmo na entrega coletiva de certificados de PJ, mas como um complemento. Atualmente,
275 devido a grande demanda, só conseguiriam fazer se isso substituísse a fiscalização. 5)
276 Regiane Aparecida Piva recorda que a resolução apresentada pela COF anteriormente, a
277 respeito de inscrição de PJ, já havia sido discutida por membros do atual plenário na
278 gestão anterior e, mesmo assim, este plenário barrou, alegando não ter sido

279 suficientemente debatida. 6) Aristeu Bertelli da Silva comenta que as solicitações de
280 fiscalização do Ministério Público estão relacionadas ao Termo de Cooperação Técnica
281 firmado entre o MP e o CRP SP. Quando estava na Diretoria, havia solicitado esse
282 levantamento à COF com o intuito de discutir com o MP sobre o Termo, uma vez que o
283 CRP SP não está tendo nenhuma contrapartida. Ressalta também que é importante
284 verificar o que aconteceu com a questão da compra da nova sede, porque entende que o
285 espaço físico inadequado também traz adoecimento. 7) Maria Mercedes Guarnieri pontua
286 que no último Encontro de Sede e Subsedes/Fórum de Gestores, discutiram as questões
287 da COF e, agora, novamente, estão fazendo isso. Vê como emergente pensarem quais
288 são as formas de comunicação com a categoria. E com a sociedade. Uma delas é através
289 da Comissão de Orientação e Fiscalização. Sugere que essa questão seja discutida em
290 outra oportunidade. 8) Maurício Iwai comenta que a minuta que está sendo produzida pelo
291 Núcleo de Saúde está sendo compartilhada com outros coletivos e, após, será trazida à
292 plenária. Ainda, que a forma de fiscalização atual corre o risco de ser uma fiscalização
293 elitista, que pensa em um serviço psicológico em forma de cliente. Entende que em muitos
294 casos, podem ter uma atuação mais protagonista, de ser precursor de fiscalizações em
295 determinados espaços, como nos casos de violações de direitos humanos. Mas, entende
296 que a discussão é complicada, devido à limitação de recursos. 9) Propõe-se que seja
297 passada uma pasta durante a plenária com as fiscalizações agendadas para que as/os
298 conselheiras/os possam indicar suas disponibilidades. Porém, há discordância do
299 conselheiro Vinicius Cesca, pois entende que a própria COF deveria tratar da questão, no
300 caso da sede, por meio da Comissão Gestora Metropolitana. Ele também informa que a
301 Resolução apresentada pela COF anteriormente não foi amplamente divulgada nos
302 coletivos durante a gestão passada. **Encaminhamentos:** 1) Pautar o assunto da
303 Resolução de Fiscalização de Pessoa Jurídica de Comunidades Terapêuticas nos Grupos
304 de Trabalho da APAF, pois é uma decisão que extrapola a jurisdição de São Paulo. Assim,
305 o assunto deve ser discutido em APAF. O Núcleo Saúde deve dialogar com a Comissão de
306 Orientação e Fiscalização sobre a minuta de Resolução para que, posteriormente, possa
307 pautar na plenária de abril de 2018. 2) Com relação às demandas do Ministério Público, o
308 Núcleo Justiça, a Diretoria e a COF devem dialogar para pensar sobre como fazer a
309 articulação, entendendo que se trata de uma relação delicada. Trata-se de uma questão
310 urgente. 3) A COF deve solicitar à Comunicação que republique nas redes sociais e site do
311 CRP SP as orientações e dúvidas mais frequentes relacionadas à COF. 4) Sobre a
312 proposta de que as fiscalizações da Região Metropolitana (Sede) fiquem sob gerência da
313 Comissão Gestora Metropolitana, a COF deverá dialogar com a conselheira responsável,

314 Magna Damasceno, que não está presente nesta plenária. O assunto deverá ser pauta na
315 próxima plenária, para definição. **V) COMISSÃO DE ÉTICA** – Devido ao avançado da
316 hora, o plenário decide não discutir esse ponto. Rodrigo Toledo solicita que se registre que
317 trouxe as informações solicitadas na última plenária. **DECISÃO SOBRE CONTINUIDADE**
318 **DOS TRABALHOS** – Considerando o avançado da hora, o plenário faz propostas sobre a
319 continuidade dos trabalhos. Primeira votação: Se encerra a plenária neste momento ou se
320 continua para discutir os demais pontos priorizados. Favoráveis a encerrar a plenária: 4
321 (quatro) votos, de Aristeu Bertelli, Vinicius Cesca de Lima, Bruna Lavinias Falleiros e
322 Evelyn Sayeg. Favoráveis a continuar a plenária: 11 (onze) votos, de Larissa Ornelas,
323 Guilherme Raggi, Maria Rozinete Gonçalves, Regiane Aparecida Piva, Suely Castaldi Ortiz
324 da Silva, Ivana do Carmo Souza, Rodrigo Toledo, Edgar Rodrigues, Rodrigo Presotto,
325 Beatriz Mattos e Monalisa Muniz do Nascimento. Há, ainda, três abstenções, de Beatriz
326 Borges Brambilla, Reginaldo Branco da Silva e Luciana Stoppa dos Santos. Segunda
327 votação: Se devem interromper a plenária, momentaneamente, para almoço ou se seguem
328 por mais 30 (trinta) minutos para discussão dos pontos restantes. Favoráveis a interromper
329 a plenária para almoço: 04 (quatro) votos, de Aristeu Bertelli da Silva, Vinicius Cesca de
330 Lima, Evelyn Sayeg e Bruna Falleiros. Favoráveis a seguir por mais 30 (trinta) minutos
331 com a plenária, repactuando posteriormente o teto, se os pontos acordados não tiverem
332 sido resolvidos: (11) votos, de Suely Castaldi Ortiz da Silva, Maria Rozinete Gonçalves,
333 Guilherme Raggi Pereira, Larissa Ornelas, Regiane Aparecida Piva, Ivana do Carmo
334 Souza, Rodrigo Toledo, Edgar Rodrigues, Rodrigo Presotto, Beatriz Brambilla, Beatriz
335 Mattos e Monalisa Muniz do Nascimento. Se abstiveram: Reginaldo Branco da Silva, Maria
336 Mercedes Guarnieri e Luciana Stoppa dos Santos. **VI) RELATÓRIO FINAL -**
337 **SINDICÂNCIA 002/2017 - PORTARIA CRP-06 N. 024/2017** – O Relatório da Comissão de
338 Sindicância nº 002/2017, que tem a finalidade de apuração de período que potencialmente
339 tenham ficado no auditório do CRP SP documentos sigilos da Comissão de Ética deste
340 Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - CRP-06, presidida pelo conselheiro
341 Guilherme Raggi, é lido somente na presença de conselheiras/os. **Encaminhamento:** 1) O
342 plenário, de forma unânime, aprova com adições o relatório apresentado. As adições
343 definidas pelo plenário serão feitas pela Comissão rapidamente, para que o relatório possa
344 ser assinado e arquivado. Estavam presentes no momento da apresentação do relatório
345 as/os conselheiras/os Guilherme Raggi, Luciana Stoppa dos Santos, Maria Rozinete
346 Gonçalves, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Larissa Gomes Ornelas, Regiane Aparecida Piva,
347 Reginaldo Branco da Silva, Ivana do Carmo Souza, Edgar Rodrigues, Rodrigo Toledo,
348 Beatriz Brambilla, Beatriz Mattos, Monalisa Muniz, Bruna Lavinias Falleiros, Evelyn Sayeg,

349 Vinícius Cesca de Lima, Aristeu Bertelli e Rodrigo Presotto. 2) O plenário decide, ainda,
350 que sejam evitadas cópias desnecessárias de documentos sigilosos dentro deste Conselho
351 e que a impressão de tais documentos seja realizada, preferencialmente, no setor de
352 origem; portanto, no caso de Plenárias Éticas, que sejam feitas, preferencialmente, na
353 COE. 3) Definiu que nas atas das plenárias éticas deve constar quem era a pessoa que
354 presidia a sessão e que operava o computador. 4) Na apreciação do último processo,
355 todas as pessoas que estiverem presentes devem aguardar o término da plenária e a
356 guarda dos materiais, para garantir a lisura, a transparência e a adequação do processo.

357 **VII) CALENDÁRIO** – Guilherme Raggi informa que uma das mudanças proposta no
358 Calendário é a de alteração da data da Assembleia Orçamentária, passando do dia 06 de
359 abril para 11 de maio de 2018. Justifica que tiveram a notícia de que não seria possível
360 fazer a apreciação da Prestação de Contas nesta plenária, por problemas, principalmente,
361 nos Departamentos de Contabilidade e Financeiro. Dessa forma, não seria possível levar a
362 Prestação de Contas, aprovada em plenária, para a Assembleia em abril. Dessa forma, a
363 Diretoria solicitou dilação de prazo para envio e já foi concedida. Portanto, a apreciação da
364 proposta será na plenária de abril e a Assembleia passaria para o mês de maio. Rodrigo
365 Toledo relata que as alterações que está propondo no Calendário consideram a discussão
366 realizada na última plenária e a complexidade que há na constituição de quórum para as
367 plenárias realizadas durante o período da tarde. Assim, estão propondo alterar as plenárias
368 de sexta à tarde para algumas noites de sexta e para sábados. Assim, propõe colocar uma
369 Plenária no dia 06 de abril, à noite, considerando o reagendamento da Assembleia. Ainda
370 em abril, propõe que a Plenária Ordinária seja até as 14 horas e que das 15 às 18 horas
371 seja realizada uma Plenária Ética. Em maio, propõe o acréscimo de Plenária Ética no dia
372 05, sábado, das 09 às 13 horas e que a Plenária Ordinária do dia 19 seja de 09 às 14
373 horas, tendo uma Plenária Ética após, das 15 às 18 horas. Também propõe que a Plenária
374 de Julgamento agendada para o dia 18, à tarde, seja transferida para o período da noite.
375 Em junho, propõe a alteração de período da Plenária Ética do dia 15, da tarde para a noite.
376 Que a Plenária Ordinária do dia 16 termine às 14 horas, e que, após, seja realizada
377 Plenária Ética (das 15 às 18 horas). Acrescenta duas plenárias éticas no dia 23, uma das
378 09h às 12h30 e outra das 13h30 às 17h. E propõe o cancelamento das Plenárias
379 agendadas para o dia 23. Considerações do plenário: 1) Bruna Lavinias Jardim Falleiros
380 comenta que a experiência desta plenária mostra que é impossível que uma Plenária
381 Ordinária se encerre às 02 (duas) horas da tarde, porque têm questões que são
382 necessárias de serem discutidas até o final. Em todas as plenárias ordinárias precisam
383 repactuar o teto, o que não acontece em plenária ética. Entende que da forma como está,

384 a proposta criará apenas um problema. Incomoda-se que ao início desta plenária já
385 tenham informado sobre o horário da plenária ser reduzido, sem que isso tenha sido
386 aprovado em plenária. 2) Vinicius Cesca de Lima solicita um complemento da informação
387 acerca da Prestação de Contas. Comenta que Guilherme Raggi aludiu a uma concessão
388 de prorrogação de prazo. O prazo seria 15 de fevereiro para essa apresentação e está
389 adiado isso para 14 de abril. Considera que o adiamento os colocará em uma situação
390 ruim, pois, provavelmente a discussão trará um tom de que precisarão aprovar naquela
391 plenária. Isso trará um prejuízo para o debate, não sendo possível que discutam e
392 apreciem devidamente. Esta decisão unilateral, colocará o plenário em uma condição, no
393 mínimo, de constrangimento em relação a esta apreciação. Nesse sentido, reforça o
394 pedido de que tenham acesso prévio à documentação da prestação de contas. A respeito
395 do calendário, entende que é impossível aceitar a mudança proposta, uma vez que há um
396 acúmulo de pautas a serem discutidas e essa alteração traz um prejuízo para o processo
397 democrático. Entende que essa prática reforçaria a ideia de que as questões são decididas
398 em outros espaços, que não o da plenária, que é o oficial. 3) Regiane Aparecida Piva
399 defende a alteração do calendário, conforme proposto, pois entende que precisam lidar
400 com os processos éticos, que também faz parte de suas funções. Assim, defende que seja
401 feita a alteração no calendário e que as/os conselheiras/os tenham o esforço de fazer falas
402 mais sucintas e objetivas. 4) Reginaldo Branco da Silva considera que o horário proposto
403 para início das plenárias às sextas-feiras à noite, às 18 horas, também é complicado para
404 aquelas/es conselheiras/os que estiverem saindo do trabalho. Sugere que o início seja às
405 19 horas. 5) Rodrigo Toledo comenta que há proposta de três Plenárias Éticas aos
406 sábados após as Plenárias Ordinárias. Considerando o horário, sugere que aprovelem as
407 alterações de calendário sem essas Plenárias e que na próxima plenária possam fazer um
408 debate mais aprofundado sobre o assunto. 6) Beatriz Brambilla comenta que ela mesma
409 havia proposto que realizassem Plenárias Éticas após a Ordinária, aos sábados. No
410 entanto, pela experiência desta plenária, sugere que o plenário encaminhe metodologias
411 de organização da plenária. Porque entende que precisam pactuar, como processo
412 democrático. E que tenham condições de romper com polarizações que estão postas.
413 Podem discutir as propostas na próxima plenária. 7) Guilherme Raggi responde a Vinicius
414 Cesca que irão disponibilizar o material da Prestação de Contas com antecedência,
415 inclusive porque a CACI – Comissão de Auditoria e Controle Interno precisa apreciar e
416 fazer um relatório sobre a prestação. **Encaminhamento:** 1) O Plenário aprova as
417 seguintes alterações no Calendário: Alteração da Assembleia Geral Ordinária de 06 de
418 abril para 11 de maio; inclusão de Plenária Ética em 06 de abril, a partir das 18 horas;

419 alteração da Plenária Ética do dia 04 de maio, de das 14h às 17h30 para das 18h30 às
420 22h; cancelamento da Plenária Ética de 18 de maio, das 14h às 17h30; cancelamento da
421 Plenária Ética de 15 de junho, das 14h às 17h30. Agendamento de duas Plenárias Éticas
422 em 23 de junho, a primeira das 09h às 12h30 e a segunda das 13h30 às 17h; e,
423 cancelamento das duas Plenárias Éticas de 29 de junho. 2) O plenário deverá apresentar
424 propostas de metodologia para o funcionamento das Plenárias, que deverão ser
425 apreciadas na próxima plenária. **VIII) RECOMPOSIÇÕES – Encaminhamento:** O plenário
426 decide aprovar em bloco as recomposições indicadas, à exceção de Lilihan Martins da
427 Silva (06/50050), indicada como membro para Comissão de Políticas Públicas e que o
428 conselheiro Vinicius Cesca solicitou que não seja aprovado sem que se debata. Assim,
429 foram aprovadas: Subsede Ribeirão Preto – Exclusão da colaboradora Larissa Mariano
430 Colombari (06/127838). Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte – Alteração de membro
431 para subcoordenador de André Itirê Takano (06/70637). Comissão de Ética – Subsede
432 Baixada Santista e Vale do Ribeira - Exclusão da membra Daniella Stazack de Araújo e a
433 inclusão de Fabiana Cristina Aidar da Silva (06/79309) como membra. Subsede Bauru –
434 Exclusão do membro Marcio Magalhães da Silva (06/99618) e inclusão de Leticia Lozan
435 (06/132377) como membra. Subsede Sorocaba – Inclusão de Raíza Cruz de Souza
436 (06/139046) e Leonardo Botinhon de Campos (06/141048) como membros e alteração de
437 colaboradoras/es para membras/os de Aline Coelho Salvador (06/77637), Aracele Netto
438 Tomiatto (06/61478), Carolina Gomes Duarte (06/86830), Joceilma Melo Santos Sena
439 (06/126671), Marli Aparecida Taraborelli (06/55051) e Sergio Augusto Garcia Júnior
440 (06/103795). Sede – Exclusão da membra Ianni Regia Scarcelli (06/22279) e inclusão de
441 Murilo Centrone Ferreira (06/142583) e Raizel Rechtman (06/115233). Comissão de
442 Orientação e Fiscalização – Subsede Assis – Inclusão de Juliana Paula de Oliveira
443 (06/104786). Subsede Bauru – Exclusão do membro Márcio Magalhães da Silva
444 (06/99618). Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira – Inclusão de Mayara da Silva
445 Curcio (06/121248) como membra. Subsede Ribeirão Preto – Exclusão da/o
446 colaboradora/or Carolyne Barbosa Vitorazzi (06/131170) e Guilherme Schezzi Botelho
447 (06/86290). Subsede Sorocaba – Inclusão de Leonardo Botinhon de Campos (06/141048)
448 como colaborador. Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte – Inclusão de André Itirê
449 Takano (06/70637) como colaborador. Comissão de Políticas Públicas – Inclusão de
450 Raizel Rechtman (06/115233). Comissão de Processos Legislativos – Inclusão de Maria
451 Alice Santos Bueno (06/17087). Núcleo Assistência Social - Subsede Baixada Santista e
452 Vale do Ribeira – Exclusão do membro suplente Rafael Garcia Morcillo Junior (06/95257) e
453 inclusão de Mayara da Silva Curcio (06/121248) como membra suplente. Subsede Grande

454 ABC – Inclusão de Luciana Oliveira Santos (06/85534). Núcleo Criança e Adolescente -
455 Subsede Grande ABC – Exclusão do membro titular Jean Fernando dos Santos (06/91133)
456 e inclusão de Aline Alves Dias (06/123413) como membra titular. Subsede Ribeirão Preto –
457 Exclusão da membra suplente Camila Andrade de Oliveira (06/94895) e inclusão de
458 Stephanie Coelho Aguiari (06/136776) como membra suplente. Núcleo Educação e
459 Medicalização – Subsede Bauru – Exclusão do membro suplente Márcio Magalhães da
460 Silva (06/99618). Núcleo Emergências e Desastres – Subsede Vale do Paraíba e Litoral
461 Norte – Exclusão da membra titular Ellen Rocha de Oliveira (06/103249). Núcleo Justiça –
462 Subsede Ribeirão Preto – Inclusão de Carlos Renato Nakamura (06/76926) como membro
463 titular. Núcleo Laicidade de Religiosidade – Subsede Grande ABC – Inclusão de Daniela
464 Dourado Santos Ferreira (06/138063) como membra suplente. Núcleo Psicologia e
465 Deficiência – Subsede Sorocaba – Exclusão da membra titular Marli Aparecida Taraborelli
466 (06/55051) e inclusão de Talita Paes (06/110535) como membra titular. Núcleo Psicologia
467 e Povos Tradicionais – Inclusão de Bruno Simões Gonçalves (06/109975) como
468 coordenador e de Maria Mercedes Guarnieri (06/59560) como coordenadora adjunta.
469 Núcleo Psicoterapias – Subsede São José do Rio Preto – Exclusão da membra titular
470 Nayara Perin Darim (06/105150). Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte – Exclusão da
471 membra suplente Ellen Rocha de Oliveira (06/1034249). Núcleo Saúde – Subsede Grande
472 ABC – Exclusão do membro titular Lucas do Carmo Lima (06/99837). Núcleo Trânsito e
473 Mobilidade Urbana – Subsede Metropolitana – Inclusão de Lilian Suzuki (06/27810) como
474 membra suplente. Subsede Grande ABC – Inclusão de Ana Rafaela M. da Silva
475 (06/139044) como membra suplente. Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira
476 presidenta Luciana Stoppa dos Santos, deu por encerrada a sessão às 16 horas, da qual
477 eu, conselheira secretária, Suely Castaldi Ortiz da Silva, lavrei a presente Ata, que lida e
478 aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo, 24 de março de dois mil e
479 dezoito.

Aristeu Bertelli da Silva

Clarice Pimentel Paulon

Evelyn Sayeg

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Luciana Stoppa dos Santos

Maria Rozineti Gonçalves

Monalisa Muniz Nascimento

Regiane Aparecida Piva

Reginaldo Branco da Silva

Rodrigo Toledo

Suely Castaldi Ortiz de Oliveira

Vinicius Cesca de Lima

Beatriz Borges Brambilla

Beatriz Marques de Mattos

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Larissa Gomes Ornelas Pedott

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira
Bicudo Guarnieri

Maurício Marinho Iwai

Rodrigo Fernando Presotto